

# Apoiar a luta de TIMOR LESTE



## Pacheco Pereira com Xanana Gusmão, em Missão do PE

José Pacheco Pereira, na sua qualidade de Vice-Presidente do Parlamento Europeu chefiou a missão parlamentar a Timor-Leste, tendo-se avistado em Djacarta com o Comandante Xanana Gusmão.

*Carta da Europa dá nota da Missão em que participou também, Carlos Costa Neves e publica as intervenções que ambos fizeram na Sessão Plenária de Estrasburgo e a Resolução que o PE aprovou.*

texto na pág. 4

## PSD marca posição no PE !

Os Deputados do PSD destacaram-se na eleição, pelos seus pares, para diversos cargos e funções que provam a força e o prestígio da delegação portuguesa no seio do PPE e do próprio Parlamento.

De realçar, desde já as seguintes eleições/designações:

### José Pacheco Pereira:

Vice-Presidente do Parlamento Europeu

### Vasco Graça Moura

1º Vice-Presidente da Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação, os Meios de Comunicação Social e os Desportos

### Arlindo Cunha

Coordenador-Adjunto do PPE na Comissão das Pescas

Relator da Comissão de Agricultura para as negociações da Ronda do Milénio da Organização Mundial do Comércio

### Carlos Costa Neves

2º Vice-Presidente da delegação parlamentar para as relações com o ASEAN

*De destacar o facto de Pacheco Pereira na eleição para Vice-Presidente ter obtido mais votos do que o socialista Luis Marinho (que já ocupava essas funções no anterior mandato).*

## Prémio Sakharov para XANANA

Iniciativa dos Deputados portugueses

pág. 8

## Nova Comissão Europeia

Intervenção de Pacheco Pereira

pág. 7

## Exame de António Vitorino

Pergunta de Carlos Coelho

pág. 3

## Contacte o seu Deputado

Lista dos Deputados do PSD

pág. 8

# Arlindo Cunha critica Agenda 2000



O Deputado **Arlindo Cunha**, usou da palavra no debate de avaliação da Presidência alemã criticando a Agenda 2000 e o dossier agrícola:

*Senhor Presidente, o Acordo de Berlim permitiu desbloquear os principais dossiers da União Europeia, mas não permitiu assegurar o futuro da União Europeia a longo e mesmo a médio prazo, porque o Acordo da Agenda 2000 ficou muito aquém daquilo que seria necessário.*

*Em primeiro lugar porque não foi capaz de fazer uma reforma de financiamento dos recursos próprios na base exclusiva do produto nacional bruto, que é a única base contributiva justa, equitativa e transparente.*

*Em segundo lugar não fez a reforma da Política Agrícola Comum que se impunha para fazermos frente a uma postura ofensiva na próxima ronda negocial do GATT.*

*Sem prejuízo dos esforços do senhor comissário Fischler, foi quase uma reforma do status quo que não assegurou o desejado equilíbrio entre agricultores, regiões e culturas e em que a agricultura mediterrânica ficou mais uma vez maltratada pela PAC, não assegurou a concretização, na prática, do modelo europeu de agricultura no âmbito do qual*

*quase nada foi feito para ajudar os pequenos agricultores e, finalmente, poucos foram os progressos em matéria de desenvolvimento rural.*

*Em terceiro lugar, com esta Agenda 2000 corremos o risco de caminhar para uma Europa mais desequilibrada e menos solidária.*

*Dou-lhe dois exemplos do país que melhor conheço, que é o meu.*

*1º: todos os estudos concluíam que a economia portuguesa é a mais afectada pela concorrência dos novos países membros do Leste, mas nada foi feito para apoiar Portugal a este respeito.*

*2º: também nada foi feito para melhorar a situação da agricultura portuguesa, que é a mais deficitária, a mais atrasada e a menos favorecida pela PAC. Para além da quota do trigo rijo nada de relevante foi conseguido de específico para Portugal nesta reforma da PAC, ao contrário de alguns países, como a Itália ou a Espanha, que beneficiaram*

*de tratamentos específicos.*

*É certo que sofremos de uma grande incompetência e inabilidade negocial por parte do nosso governo, mas isso não justifica tudo.*

*Precisamos de uma Europa mais solidária para seguirmos em frente.*



## ELEITA NOVA COORDENAÇÃO DO GEPSD

Foi eleita a coordenação do GEPSD (Grupo Europeu do PSD).

Ficou assim constituída:

Coordenador:  
**José Pacheco Pereira**

Coordenadores-Adjuntos:  
**Carlos Costa Neves**  
**Carlos Coelho**



Já pode ver a *Carta da Europa* na Net no site do PPE

# Carlos Coelho interroga Vitorino



**António Vitorino**, o Comissário indigitado, foi escolhido nos termos do Tratado, de comum acordo entre o Presidente designado da Comissão Europeia, Romano Prodi, e o Governo português.

Após a sua designação cada Comissário teve de responder numa *audição parlamentar* destinada a avaliar se o candidato possuía as condições e o perfil adequado para o lugar.

Após as audições, cada Comissão informou a Presidente do Parlamento do seu parecer.

A COMISSÃO EUROPEIA para ser nomeada precisa de ser aprovada pelo Parlamento Europeu em votação realizada em Sessão Plenária.

O Comissário indigitado **António Vitorino** respondeu durante 3 horas à Comissão das Liberdades e dos Direitos dos Cidadãos, da Justiça e dos Assuntos Internos.

O *exame*, após uma intervenção inicial do Comissário, foi iniciado com uma pergunta do Deputado **Carlos Coelho** que *Carta da Europa* reproduz na íntegra, tal como a resposta.

**Coelho** – Senhor Comissário indigitado, conhece bem esta Casa, sabe bem da relevância da relação entre a Comissão e o Parlamento. Gostaria de lhe perguntar se concorda com uma opinião que vi algures escrita segundo a qual grande parte dos principais progressos feitos na construção europeia se deram graças a uma coligação entre o Parlamento e a Comissão, à margem do Conselho? Nessa linha, pergunto-lhe se está em condições de passar da condição de adversário político para a de aliado institucional?

Na criação do Espaço de Segurança, de Liberdade e de Justiça há, naturalmente, uma questão de reconhecimento dos direitos dos cidadãos europeus que releva da ideia de cidadania europeia. A pergunta que lhe faço é se considera que há um sub-produto da sua acção e deste objectivo no que possa traduzir-se na **melhoria da eficácia dos aparelhos judiciais nos Estados membros?**

E, finalmente, das suas respostas escritas consta uma, **um pouco difusa relativamente à limitação da sua**

**actividade partidária. O que é que isso significa?** Significa, por exemplo, que recusará qualquer eleição para funções de dirigente nacional do Partido Socialista eleito em Congresso?



**Vitorino, Comissário indigitado** – Muito obrigado pela pergunta. Em relação ao papel do Parlamento e da Comissão no projecto do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça, precisamos de estabelecer uma relação de confiança, o que não significa que estejamos sempre de acordo, mas significa que não escondemos os nossos desacordos e, sobretudo, temos em comum um ponto fundamental: os nossos grandes aliados têm que ser os cidadãos. Porque é em nome dos cidadãos e da exigência que os cidadãos fazem à União de terem mais liberdade, mais segurança e mais justiça que faz sentido estarmos aqui e que faz sentido trabalharmos para o projecto europeu nestas áreas que – se for confirmado – me serão confiadas.

**não tenho a menor intenção de me envolver em disputas partidárias em Portugal.**

António Vitorino

Estou convencido que esta dinâmica de criação de um Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça pode ajudar os sistemas judiciais dos Estados membros a modernizarem-se. Não vou agora desenvolver muito este tema, mas gostava de dizer que estou profundamente convencido que a natureza do crime, a natureza das ameaças à segurança dos cidadãos está a mudar rapidamente. E que a natureza dos instrumentos judiciais que os Estados membros dispõem para responder com eficácia ao crime não está a ser adaptada tão rapidamente quanto seria necessário e desejável.

E cabe-nos a nós, neste debate de criação de um Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça, abrir novas pistas para a transformação dos sistemas judiciais nacionais para estes responderem com mais eficácia a novas ameaças, que são ameaças sofisticadas, que são ameaças com uma grande capacidade financeira e que são, cada vez mais, ameaças transnacionais, ameaças supranacionais.

Posso citar uma frase do director da EUROPOL, que um dia me impressionou muito: “Os Estados levaram 30 anos a perceber que o fenómeno do tráfico de droga era um fenómeno transnacional.” A democracia não pode pagar o preço de levar 30 anos a perceber que as novas formas de criminalidade são de natureza supranacional e que exigem respostas de natureza transnacional.

Quanto aos meus compromissos políticos nacionais, com toda a cordialidade gostaria de descansar o senhor Deputado afirmando que respeitarei escrupulosamente o código de conduta que foi aprovado pelos comissários, não negarei nunca a minha filiação política, não negarei nunca o meu contributo político, mas não tenho a menor intenção de me envolver em disputas partidárias no nosso querido país.

# Pacheco Pereira e Costa Neves visitam

**José Pacheco Pereira**, na sua qualidade de Vice-Presidente do Parlamento Europeu chefiou a delegação do Parlamento Europeu que visitou oficialmente Timor-Leste.

A delegação do PE, que contou também com a participação de **Carlos Costa Neves**, integrou-se no conjunto de personalidades do mundo inteiro que testemunharam o civismo, a alegria e o entusiasmo com que os timorenses exerceram o seu voto no referendo promovido pela ONU, decidindo soberanamente do seu destino.

*Carta da Europa* publica excertos do relatório do Vice-Presidente Pacheco Pereira e, na íntegra, as intervenções que os dois social-democratas produziram na Sessão Plenária de 15 de Setembro em Estrasburgo.

**Pacheco Pereira** - Senhor Presidente, queria, em primeiro lugar, como membro da missão deste Parlamento para a observação das eleições em Timor, dar apenas um pequeno dado testemunhal para todos compreenderem o que aconteceu em Timor. Praticamente todas as instalações onde a delegação do Parlamento Europeu esteve em Timor - as casas onde dormiu, os locais onde comeu, os sítios onde teve reuniões - estão neste momento destruídas. Talvez assim se compreenda a dimensão dos acontecimentos de Timor Leste.

Em segundo lugar, do ponto de vista político, há vários aspectos que são decisivos para a nossa actuação enquanto comunidade internacional. Porque a comunidade internacional não é uma abstracção, somos nós próprios. O primeiro é a compreensão exacta de que, **em Timor, não há uma guerra civil**. A Indonésia tentou levar-nos por essa via, que só não resultou porque no território estavam jornalistas e observadores internacionais. Não há guerra civil em Timor. Há um conflito entre o exército indonésio e a sua extensão - as milícias - e a maioria da população de Timor.

Segundo aspecto, não há, nem nunca houve, um problema de controlo da situação de paz e segurança em Timor por parte do exército indonésio. Pudemos observar que o exército indonésio, se quisesse,



A delegação do Parlamento Europeu com o Bispo de Baucau, D. Basílio do Nascimento (ao lado de Pacheco Pereira). À esquerda na primeira fila, o Deputado holandês Jules Maaten, à direita Carlos Costa Neves e, na última fila, Carlos Candal.

podia controlar a situação de paz e segurança no território. O que se passa é que **o exército não só não quis, como foi parte no próprio conflito**.

E, em último lugar, - e isto é que é importante para o futuro - a questão de Timor não fica resolvida apenas com a decisão do Conselho de Segurança do envio das forças para manutenção da paz. Há que ter consciência - e nós falamos com conhecimento do terreno - que essas forças vão encontrar oposição e vão provavelmente encontrar uma situação de conflito mais grave do que aquela que encontraram as forças no Kosovo.

Por isso, é necessária uma forte vontade política para suportar os passos seguintes da comunidade internacional para que não haja condições indonésias em relação à intervenção dessas forças e para que, seja qual for o grau de conflitualidade no território, se possa garantir a paz e a segurança aos

**Não há guerra civil em Timor. Há um conflito entre o exército indonésio e a maioria da população de Timor.**

Timorenses e o apoio humanitário e o desenvolvimento de que Timor tanto precisa. Este aspecto da vontade política é decisivo porque, infelizmente, vamos continuar a ouvir falar de Timor por muito mais tempo do que aquele que provavelmente desejaríamos.

**Costa Neves** - Senhor Presidente, integrei a delegação do Parlamento Europeu que, in loco, acompanhou a consulta ao povo de Timor Leste realizada a 30 de Agosto. Ali actualizei informação e

# Timor-Leste em delegação oficial do PE

*testemunhei a coragem, a convicção e a capacidade de resistência daquele povo. Resistiu a 24 anos de ocupação violenta da Indonésia, sofreu e morreu por querer ser ele próprio. Nunca baixou os braços, nunca baixou a cabeça. Com o despertar da comunidade internacional para a opressão da Indonésia, acreditou mais que a libertação chegaria. Recenseou-se maciçamente e 98,6% foi às urnas. Fê-lo disciplinadamente, com felicidade no rosto, valorizando as garantias da comunidade internacional, pensando poder manifestar livremente a sua vontade e que esta seria respeitada.*

*A manifestação da vontade pela independência foi clara, ampla e inequívoca. O dia seguinte não foi o da tranquilidade que se impunha. A Indonésia não quis cumprir o compromisso formal assumido em Nova Iorque de garantir a segurança. Daí o registo de milhares de mortos, centenas de milhares de refugiados indefesos, famintos, muitos deles feridos ou doentes. Doze dias de genocídio é demasiado tempo sem corresponder à confiança que os timorenses depositaram na comunidade internacional e, portanto, também em nós, deputados ao Parlamento Europeu.*

*Os timorenses têm direito a esperar que de imediato cesse a agressão de que são vítimas só porque manifestaram legitimamente a sua vontade. Têm direito a que se denuncie e incrimine em tribunal internacional os autores morais e físicos dos crimes cometidos. Nem os templos e os que neles procuraram refúgio escaparam, relevando que as milícias, mais do que uma criação das forças armadas indonésias, são por estas inspiradas, enquadradas, armadas e participadas. Vi tudo isto!*

*Que seja assegurada ajuda humanitária, assumindo a União Europeia papel de destaque. Que a União Europeia apoie a reconstrução e participe, através de uma acção comum com a Comissão, no processo de desenvolvimento do novo Estado independente, a reconhecer de imediato.*

*Claro que tudo isto pressupõe a deslocação imediata para Timor de uma força internacional de promoção de paz e que, com a chegada desta força, se retirem os militares indonésios.*

*O tempo urge, há fortes rumores de que todos dias partem de Timor embarcações cheias de passageiros que chegam ao destino sem eles. Para quê valas comuns? Somos co-responsáveis pelo que se passou, pelo que se passa e pelo que se virá a passar em Timor Leste.*

## EXCERTOS DO RELATÓRIO PACHECO PEREIRA

(...)

*Os deputados do Parlamento Europeu encontraram-se com Xanana Gusmão, líder do Conselho Nacional da Resistência Timorense, que se encontra em prisão domiciliária, em Jacarta. O Parlamento Europeu tem vindo a reclamar junto das autoridades indonésias a libertação de Xanana Gusmão. Foi com enorme satisfação que os deputados do Parlamento Europeu tomaram conhecimento neste dia de que ele seria finalmente libertado no dia 15 de Setembro 1999.*

(...)

*Xanana Gusmão agradeceu ao Parlamento Europeu por ter enviado observadores para Timor Leste e pediu aos deputados do Parlamento Europeu para desenvolverem a sua acção, no território, com a maior visibilidade possível. A presença de observadores internacionais dará ao povo de Timor Leste a confiança indispensável para dar resposta às ameaças e aos actos de intimidação levados a cabo pelos apoiantes da integração e para terem possibilidade de se exprimir no dia do escrutínio.*

(...)

*A principal preocupação durante todo o processo foi a falta de segurança que se fez sentir durante o recenseamento, a campanha e nos dias imediatamente anteriores e posteriores ao dia do escrutínio. A tensão e os incidentes violentos que se produziram entre os apoiantes da integração e os apoiantes da independência e em particular os actos de terror e intimidação levados a cabo pelas milícias pró-integracionistas, ameaçaram de tal maneira a realização do referendo que o dia do escrutínio foi adiado por duas vezes. De acordo com o que foi decidido entre a ONU, Portugal e a Indonésia, a obrigação de assegurar um ambiente calmo, sem violência ou intimidação, e a manutenção da lei e da ordem, incumbe às forças de segurança indonésias, tendo como requisito essencial a sua neutralidade assim como a da polícia indonésia. Infelizmente, os agentes da polícia indonésia fizeram muito pouco para pôr termo aos actos de intimidação e de violência.*

(...)

*Os deputados do Parlamento Europeu foram levados a crêr que toda a actividade das milícias pró-integracionistas estaria muito bem organizada em que não se poderia excluir que as suas armas e o suporte logístico provinha das forças armadas indonésias.*

(...)

*Os deputados do Parlamento Europeu ficaram impressionados pela elevada taxa de participação (99%) e pelo civismo das populações nas mesas de voto, que permaneceram abertas das 6h30 às 16 horas. Não foi observada qualquer irregularidade.*

(Continua na pág. 7)

# Resolução do PE sobre Timor-Leste

- Congratulando-se com o trabalho desenvolvido pela missão da ONU (UNAMET) durante a preparação e a realização do processo de consulta ao povo de Timor Leste, no respeito integral do Acordo de Nova Iorque,

- Considerando que 98,6% da população recenseada participou no referendo, apesar das ameaças e do clima de intimidação levado a cabo pelas milícias pró-integracionistas,

- Recordando que a UNAMET e os observadores internacionais, entre eles a delegação do Parlamento Europeu e a delegação do Conselho, reconheceram a legalidade e a validade do processo de consulta,

- Considerando que os resultados do referendo expressaram de forma clara a vontade dos timorenses a favor da independência, com 78,5% dos votos,

- Considerando que os resultados do referendo foram anunciados pelo Secretário- Geral da ONU e reconhecidos como válidos pelas Nações Unidas, pelo Presidente da Indonésia, por Portugal e pela comunidade internacional,

- Considerando que após o anúncio dos resultados do referendo as milícias pró-indonésias, enquadradas e reforçadas pelas autoridades policiais e militares indonésias, lançaram o terror no território, matando cidadãos indefesos, incendiando casas, desmembrando famílias, deportando populações e atacando a UNAMET, a Cruz Vermelha, os jornalistas e os observadores, entre outras graves violações dos direitos humanos,

- Constatando que o clima de terror e de barbárie permanece, continuando a impedir a segurança e a ordem no território e a dizimar milhares de vidas humanas, num quadro de emergência humanitária que está a pôr em causa a sobrevivência de todo um povo,

- Considerando que, objectivamente, a Indonésia violou o Acordo de Nova Iorque (artº3º), ao não assegurar a manutenção de paz e de segurança no território, por incapacidade ou por passividade ou, ainda, deliberadamente,

- Notando que há 24 anos a Indonésia ocupou ilegalmente o território de Timor Leste, sobre o qual não detém nenhum poder soberano, como atestam as resoluções das Nações Unidas que reconhecem Portugal como potência administrante,

- Considerando que, finalmente, em 12 de Setembro de 1999, a Indonésia reconheceu a necessidade da presença de uma força internacional de paz em Timor Leste,

- **Felicita** o povo de Timor Leste pelo comportamento exemplar que demonstrou durante o processo de consulta e pela elevada taxa de participação no referendo,

- **Reconhece** a vontade inequívoca e democraticamente expressa do povo de Timor Leste de se tornar independente e de criar um novo país,

- **Condena** veementemente os massacres e as acções criminosas perpetradas pelas milícias pró-indonésias, com

**Exige da ONU um inventário das atrocidades perpetradas no território e a identificação dos responsáveis.**

participação militar e policial da Indonésia, contra o povo de Timor Leste, que já provocaram a morte e a deslocação de um número indeterminado de pessoas,

- **Exige** que as Nações Unidas cumpram as responsabilidades que assumiram no Acordo de Nova Iorque (artigo 7º) e mantenham uma presença adequada em Timor Leste,

- **Apela** ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para que não atrase por mais tempo o envio da força internacional de manutenção de paz e de segurança para Timor Leste, e solicita a todos os Estados-Membros que dêem o máximo apoio logístico e financeiro à força de manutenção da paz da ONU, a fim de acelerar a preparação da sua colocação no terreno ;

- **Regista** com agrado a decisão do FMI e do Banco Mundial de suspender o pagamento de empréstimos à Indonésia, previsto para Setembro, e solicita à Presidência do Conselho da União Europeia e apela à comunidade internacional – em particular às Nações

Unidas – para que, até à normalização da situação em Timor Leste, suspendam ou mantenham suspensas a cooperação militar, a exportação de armamento e as ajudas económicas à Indonésia, excepto as de natureza humanitária e as de apoio ao processo de transição para a democracia,

- **Apela** à Presidência do Conselho da União Europeia, à Comissão, aos Governos dos Estados-Membros e à comunidade internacional para imediatamente garantirem o apoio humanitário às populações de Timor Leste, promovendo, nomeadamente, o regresso dos deslocados e refugiados, bem como o acesso dos observadores internacionais, das ONG's e dos jornalistas àquele território,

- **Insta** o Conselho e os Estados-Membros da União Europeia a reconhecerem o Estado de Timor Leste e a estabelecerem as respectivas relações diplomáticas o mais rapidamente possível,

- **Exige** às Nações Unidas que procedam a um inventário das atrocidades perpetradas no território e à identificação dos seus responsáveis, e manifesta o seu apoio à proposta feita pelo Alto Comissário para os Direitos Humanos, Mary Robinson, no sentido da criação de um tribunal internacional ad-hoc para Timor Leste ;

- **Solicita** à União Europeia que dê o seu acordo a um programa de assistência económica e a um programa de reconstrução da sociedade civil em Timor Leste, através de uma acção comum,

- **Propõe-se** inscrever no Orçamento da União Europeia para o ano 2000 uma verba de apoio à reconstrução, à actividade económica e ao processo de constituição do Estado de Timor Leste,

- **Encarrega** a sua Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos Parlamentos dos Estados-Membros, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, ao governo da Indonésia, à ASEAN e ao líder da resistência timorense, Xanana Gusmão.

# Comissão Prodi investida no PE

**José Pacheco Pereira**, Coordenador do GEPSD, usou da palavra na Sessão Plenária para apoiar a designação da Comissão Prodi.

O Parlamento viria a aprovar a Comissão presidida pelo antigo chefe do governo italiano Romano Prodi por 414 votos a favor, 142 contra e 35 abstenções.

*Carta da Europa publica na íntegra a intervenção de Pacheco Pereira:*

*Senhor Presidente, Senhor Presidente indigitado da Comissão, iniciou a sua intervenção falando de Timor. Agradeço-lhe o interesse e apelo a que a Comissão*

*compreenda com clareza que a questão de Timor, infelizmente, vai continuar aberta durante algum tempo e exige urgência no duplo sentido humanitário e no sentido político e de segurança, na medida em que o anúncio da intervenção de uma força internacional não garante de persi as condições de segurança no território, porque ela deverá intervir sem qualquer espécie de condição imposta pelas autoridades indonésias e a urgência do apoio humanitário é URGÊNCIA no seu verdadeiro sentido. Posso afirmá-lo como testemunha pessoal, em nome deste Parlamento, da votação em Timor. A situação é muito grave e exige uma intervenção imediata e uma*



**Romano Prodi, Presidente da Comissão, com a Presidente do Parlamento, Nicole Fontaine no hemiciclo do Parlamento Europeu alguns momentos após a proclamação do resultado da votação**

*pressão de todas as instituições europeias, permanente e imediata, porque nem tudo está já garantido.*

*O início do trabalho de uma nova Comissão é um momento de esperança para a Europa. Sabemos que as circunstâncias em que a proposta de composição da Comissão chega a este Parlamento não foram as melhores. Sabemos e reafirmámos as legítimas dúvidas pelos critérios que presidiram à indicação individual dos membros pelos governos e vemos com preocupação que a composição da Comissão não tem em conta os resultados das últimas eleições europeias, nem a tradição anterior de maior pluralismo político.*

*Mas essas objecções não significam que não desejemos um bom trabalho à Comissão. A passagem do século na Europa será decisiva. Desejamos que a Comissão consiga defrontar aquilo que provavelmente será a sua principal missão, que é conciliar a coesão económica e social com o alargamento.*

*Sem conseguir cumprir estes dois objectivos de forma coerente e integrada muito dificilmente se fará corresponder as fronteiras de uma Europa política e de bem-estar às fronteiras geográficas da Europa.*

*Conscientes de que esta é a principal tarefa da Comissão, manifestamos ao*

*senhor Professor Prodi e aos membros da Comissão o desejo de bom trabalho e declaramos que contará com o voto dos deputados portugueses do Partido Popular Europeu.*

*(continuação da pág. 5)*

## RELATÓRIO PACHECO PEREIRA

*Os membros das mesas de voto foram de uma alta competência e eficácia. Os idosos e os deficientes foram alvo de uma atenção particular.*

*(...)*

*De uma maneira geral, o dia do referendo desenrolou-se de uma maneira pacífica e satisfatória. Os militares e a polícia indonésias actuaram de uma maneira correcta. No dia seguinte, porém, as milícias retomaram as suas actividades e a situação foi-se degradando perigosamente nos dias seguintes.*

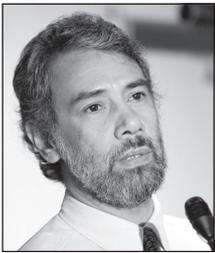
*No dia 31 de Agosto 1999, no caminho de regresso de Los Palos a Dili, a delegação do Parlamento Europeu deu conta de vários grupos de milícias, tendo sido forçada a*

*parar numa barricada que obstruía a estrada perto de Manatuto, só podendo prosseguir quando foi reconhecida como uma delegação de observadores internacionais.*

*(...)*

*A comunidade internacional vê-se confrontada com um verdadeiro desafio. A situação em Timor Leste tem se deteriorado drasticamente nos últimos dias e não será suficiente apenas continuar a pressionar as autoridades indonésias para que cumpram as suas obrigações internacionais e mantenham a ordem pública no território.*

*Independentemente da questão de saber se as forças indonésias em Timor Leste terão vontade ou a capacidade de controlar a situação, é neste momento imperativo que uma força de paz seja enviada o mais rapidamente possível.*



## Prémio Sakharov para XANANA GUSMÃO

Os Deputados do PSD propuseram no seio do PPE que este grupo (que é o maior Grupo Parlamentar no Parlamento Europeu) **propusesse e apoiasse a indicação de Xanana Gusmão para que lhe seja atribuído o Prémio Sakharov.**

Os outros Deputados portugueses tomaram iniciativas convergentes nos respectivos Grupos Políticos no que constituiu uma **iniciativa concertada do Lobby português na defesa da causa de Timor-Leste.**

A decisão final será tomada na reunião da Conferência de Líderes de 28 de Outubro e o prémio será atribuído na Sessão Plenária de Dezembro em Estrasburgo (entre os dias 13 e 17).

---

## O que é o Prémio Sakharov ?

Atribuído pela primeira vez em 1988, o **Prémio Sakharov** é uma distinção concedida pelo Parlamento Europeu todos os anos para promover a "*liberdade de espírito*" reconhecendo o mérito a estudos ou acções que:

- defendam a liberdade da pesquisa e investigação científica
- defendam os direitos do Homem e o respeito pelo direito internacional
- a prática dos governos face à letra das suas Constituições

O **Prémio** pode ser atribuído a personalidades, grupos, associações ou organizações de qualquer nacionalidade.

As candidaturas devem ser subscritas por, pelo menos, 25 Deputados, e são apreciadas pela Comissão de Negócios Estrangeiros que propõe 3 nomes por ordem alfabética à Conferência de Líderes que decide.

Foram os seguintes, os laureados desde a criação do **Prémio**:

- 1988 - Nelson Mandela (e Anatoli Marchenko, a título póstumo)
- 1989 - Alexander Dubeck
- 1990 - Aung an Suu KYi
- 1991 - Adem Demaçi
- 1992 - Las Madres de la Plaza de Mayo
- 1993 - Oslobodjenje
- 1994 - Taslima Nasrim
- 1995 - Leyla Zana
- 1996 - Wei Jingsheng
- 1997 - Salima Ghezali
- 1998 - Ibrahim Rugova

## Os Deputados do PSD

### José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

### Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

### Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

### Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

### Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCosta Neves@europarl.eu.int

### Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

### Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

### Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

### Fernando Reis

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: FReis@europarl.eu.int

## CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luis Fernandes e Sandra Nunes**

rue Wiertz - A 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551